



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2008

Acta n.º 27

Ao vigésimo quinto dia do mês de Novembro do ano de dois mil e oito, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:40 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de dezanove de Novembro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Algarve; -----

PONTO SEGUNDO: Eleição dos membros a integrar a Assembleia Intermunicipal; ----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2008 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei das Comunicações Electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de aquisição dos bens imóveis que integram a massa falida da “Faceal – Fábrica de Cerâmica do Algarve, SA” e aprovação da minuta de contrato-promessa de compra e venda respectivo; -----

PONTO SETIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Municipal de abastecimento de Água do Município de Albufeira; -----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas dos comerciantes das Ruas Cândido dos Reis, 5 de Outubro e arruamentos adjacentes; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento mensal dos vendedores ambulantes da Rua Cândido dos Reis. ----

A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (21:43 h), Fernando Vieira Vitória Cabrita (21:46 h), José Manuel Bota Sequeira, Carlos Duarte Vieira Gabriel, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Miguel Alexandre Correia Mesquita, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Seródio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Luísa Sousa Simões, Euridice Eugénia Mendes Vieira, os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, da Guia, José Cabrita, de Olhos d'Água, Berto José Rita Palma, e de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Rolo e Marlene Silva, e em regime de não permanência, o Vereador Mário Alves. -----

FALTAS: Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório. -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, Ana Pífaros e pelo membro suplente José Vila Nova e Ricardo Silva, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, os membros, Ana Simões e Euridice Vieira. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia inicia a sessão com o período de destinado ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não havendo intervenções por parte do público, nem **LEITURA DE CORRESPONDÊNCIA**, o Presidente da Assembleia inicia ao Período da Ordem do Dia. -

ORDEM DO DIA
PONTO PRIMEIRO

Aprovação dos Estatutos da Comunidade Intermunicipal do Algarve; -----

Presidente da Assembleia – Os Senhores já viram os Estatutos. No fundo, vai haver a conversão da antiga Assembleia Metropolitana do Algarve em Comunidade Intermunicipal do Algarve. Isto é mais uma reforma de associativismo intermunicipal. Mandaram-nos os Estatutos. Em relação à aprovação aos Estatutos, é a primeira questão que temos que resolve; não haverá grandes questões, quanto me parece. Passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Calhau – Pode ter sido distração minha, mas não vi aqui. Continuo com dúvidas se a Assembleia Intermunicipal irá ter competências sobre Planos Regionais. A anterior não tinha. Portanto, é uma das coisas para manifestar, mais uma vez, dá a ideia que não existe poder desta Assembleia que vai ser constituída sobre questões

que têm a ver com Ordenamento do Território onde ela deve, digamos, ter um papel interventivo, simplesmente. À semelhança ao que acontece a nível concelhio nas Assembleias Municipais. Mais uma constatação, que mais uma vez se cria um órgão, mas não se lhe dá uma das competências mais importantes sobre as regiões. -----

Presidente da Assembleia – Peço a vossa ajuda para, no que nos foi remetido, onde está a questão da aprovação dos Estatutos. Situo a questão: é que em termos de colégio eleitoral, que decorre do art. 11º n.º 3 da Lei 45/2008 *“A eleição ocorre em cada assembleia municipal pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da assembleia municipal, eleitos directamente, ...”*. Quem é que aprova? O que eu vejo aqui, são os membros eleitos que irão fazer parte da eleição. A minha questão é: em termos de aprovação dos Estatutos, onde é que ela vem prevista? No art. 38º fala da aprovação. Eu, por analogia, seria tentado a dizer que, quem tem competência para votar isto são os eleitos directamente, mas não sei se é esse o entendimento. -----

Francisco Oliveira – É que não tem lógica que sejam as assembleias municipais a votarem o Estatuto depois da Assembleia Intermunicipal. -----

Presidente da Assembleia – A minha questão não é essa. A minha questão é: nos termos do art.11º n.º3 define que é aprovado pela assembleia municipal apenas com o colégio dos eleitos directamente, ou seja, há aqui uma exclusão dos Presidentes de Junta. Certo? Os Presidentes de Junta fazem parte da Assembleia Municipal. A minha questão é: para aprovar os Estatutos, mantém-se o colégio dos eleitos directamente ou a Assembleia no seu todo? -----

Euridice Vieira – Aqui diz: *“aprovação dos Estatutos pelos respectivos órgãos...”*. Por isso, supõe-se que, são os órgãos municipais dos municípios que integram. Art. 38º, n.º1 alínea a). -----

Francisco Calhau – Estou a ler a carta da AMAL que diz: *“A eleição deve realizar-se na mesma reunião da Assembleia Municipal que aprova os estatutos e faz-se pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros das assembleias municipais, eleitos directamente, ...”*. -----

Presidente da Assembleia – A eleição já tinha visto na própria lei. A questão é, quem é que aprova os estatutos. -----

Presidente da Câmara – No meu entendimento, em relação aos estatutos, pode ser toda a gente. Em relação à eleição, são apenas os eleitos directamente. É o entendimento geral. -----

Presidente da Assembleia – Eu também estou inclinado para aí, porque havendo uma norma que estabelece directamente que são só os eleitos directamente e a outra que, nas disposições transitórias, estabelece a forma de aprovação dos estatutos, e aqui não discrimina, refere apenas os órgãos, parece-me que, por um lado discrimina, no outro não discrimina, portanto é sinal de que num, é o órgão inteiro e no outro será o órgão apenas constituído pelos eleitos directamente. Parece-me. E segundo aquela regra *“ubi lex non distinguit non distinguit debemus”*. Devemos ir por esse caminho. O meu entendimento é este que acabei de referir. Se há uma disposição específica que é para a eleição, que diz que é os membros eleitos directamente e há outra que refere apenas que é os órgãos. Numa, que é a primeira, que é a aprovação dos estatutos, entende a lei não dizer que é pelo colégio eleitoral, portanto aí, será a Assembleia. No

meu entender, poderá ser todos. Também, se houver alguma irregularidade, está imediatamente suprida. -----

Francisco Oliveira – Sim. Porque o que está a mais não estraga. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa à votação dos Estatutos. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: um (01) Fernando Neves -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Simões, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Berto Palma e Francisco Guerreiro. -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por maioria -----

PONTO SEGUNDO

Eleição dos membros a integrar a Assembleia Intermunicipal; -----

Presidente da Assembleia – O art.11º também define qual é a forma de eleição. A eleição mete pessoas. Será feito pelo colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros da Assembleia Municipal, eleitos directamente, mediante a apresentação de listas que não podem ter um número de candidatos superior ao previsto no número anterior. O nosso caso rege-se pelo n.º2, b), que é os municípios entre dez a cinquenta mil eleitores. Nós temos direito a eleger cinco membros para esta Assembleia. Já sei que houve alguma conversa no sentido de se fazer listas conjuntas. Parece-me que não, só por uma razão, e a razão é muito simples, é que, se apresentar listas conjuntas temos aqui um limite até ao número de cinco e, se houver faltas, depois é uma confusão de, quem é que substitui quem. Talvez fosse melhor, deixo isso à consideração dos líderes, não me cabe a mim decidir isso, mas na minha opinião seria melhor haver listas separadas porque se faltar um, pode pedir a substituição pelo que se segue. -----

Francisco Oliveira – Ficam definidos de imediato os suplentes, pelo que logo podem ser substituídos por aqueles que se seguem na lista. -----

Presidente da Assembleia – Exactamente. Pelos que se seguem na lista. Eu agradecia que me apresentassem as vossas listas, quem tem listas a apresentar. -----

LISTA DO PSD
PARA A
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
DO ALGARVE

A
 5

- 1º Carlos Eduardo Silva e Sousa
- 2º Francisco José Afelhuar Calhau
- 3º Paulo Alexandre Figueiredo Trêtas
- 4º Rui Miguel de Sousa Sândio Bernardo
- 5º Vítor José Correia Maria Vieira

O líder de Branda do PSD

Francisco José Afelhuar Calhau

B
2

**LISTA DE MEMBROS A INTEGRAR A ASSEMBLEIA
INTERMUNICIPAL**

- 1 - DR. VITOR NETO
- 2 - DR. FERNANDO CABRITA
- 3 - DRA. ANA CRISTINA PATRÍCIO
- 4 - ARQº PEDRO FERRO
- 5 - DRA. FRANCELINA LOURENÇO

PS

Já temos aqui uma lista do PSD que indica os membros da Assembleia Municipal, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Rui Serôdio e Vítor Vieira. Passará a ser a LISTA A. E a Lista do PS, indica os membros, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Cristina Patrício, Pedro Ferro e Francelina Lourenço. Passará a ser a LISTA B. Vamos proceder a esta votação por voto secreto. Quem quiser votar na LISTA A, escreve um "A". Quem quiser votar na LISTA B, escreve um "B". -----

VOTAÇÃO: -----

LISTA A: treze (13) votos -----

LISTA B: sete (07) votos -----

Um (01) voto em branco -----

Foram eleitos três membros da LISTA A, Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau e Paulo Freitas e dois da LISTA B, Vítor Neto e Fernando Cabrita. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para 2008 respeitantes a prédios urbanos e a prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, nos termos da alínea e) e f) do n.º2 do art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia – Temos aqui a proposta da Câmara Municipal com as taxas para 2008 de: 0,6% para prédios urbanos e 0,4% para prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. Passa a palavra aos Membros. -----

Francisco Oliveira – Apresenta proposta do PS (doc.1). -----

DECLARAÇÃO

Fixação de Taxas do Imposto Municipal sobre imóveis para 2008.

Considerando que as receitas provenientes dos impostos municipais sobre imóveis, nomeadamente as com origem no IMI, têm vindo a subir de forma acentuada nos últimos anos e que segundo afirmações de membros do Executivo, as finanças da Autarquia se encontram equilibradas.

Considerando que a o aumento da receita de IMI, com referência a 30 Setembro de 2006, comparativamente com o mesmo período do ano transacto mantém-se em níveis idênticos sendo previsível uma receita final no ano de 2008 superior ao orçamentado, o que confirmar-se evidencia o permanente e sustentado crescimento da receita com origem neste imposto;

Considerando que o Governo decretou, ainda antes da aprovação do Orçamento Geral do Estado, a redução das taxas de IMI de um máximo de 0,8% para 0,7% para os prédios não avaliados, e de 0,5% para 0,4% para os já avaliados, num pacote de medidas fiscais anti-cíclicas;

Considerando a existência no concelho de muito património edificado que se encontra em adiantado estado de degradação, o que justificando-se a recuperação deste património e a uma efectiva melhoria da imagem urbana do concelho, na linha do já previsto na proposta de orçamento de estado para 2009;

Considerando que a denominada zona de Montechoro revela sinais de uma marcada guetização e degradação da qualidade do espaço urbano e do seu edificado, realidade já reconhecida pela autarquia, o que em conformidade levou a criar um grupo de trabalho municipal para estudar medidas com vista a intervir na referida.

Considerando que as taxas de IMI em vigor neste concelho ainda se situam em valores próximos dos máximos permitido por lei;

0,6 num intervalo de 0,4 a 0,7 para prédios ainda não avaliados;
0,47 num intervalo de 0,2 a 0,4 para prédios já avaliados;

Considerando que não se justifica continuar a exigir um esforço tão significativo aos munícipes e contribuintes quando as receitas destes impostos municipais têm vindo a crescer de forma significativa e sustentada nestes seis últimos anos;

Considerando que na actual conjuntura económica e financeira internacional de crise cujo reflexo no orçamento das famílias portuguesas já se evidencia não podem os municípios ficarem indiferentes e não utilizarem os instrumentos fiscais ao seu dispor para efectivamente aliviarem as dificuldades das famílias portuguesas e das empresas

Propõe-se:

a) Que a Assembleia Municipal de Albufeira delibere, no sentido de propor a fixação, como referência para o ano de 2008, as seguintes taxas:

0,5 para os prédios urbanos ainda não avaliados;
0,35 para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI;

b) Que a Assembleia Municipal de Albufeira delibere, para a área territorial da freguesia de Paderne, minorar em 30% (trinta por cento), a taxa que vier a vigorar no ano de 2008;

c) Que a Assembleia Municipal de Albufeira delibere, majorar em 100% (cem por cento), a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, pressupostos que serão de verificação pela Câmara Municipal em sede de vistoria para o efeito;

d) Que a Assembleia Municipal delibere, que para a área territorial da freguesia de Albufeira (zona de Montechoro), minorar em 50% (cinquenta por cento), a taxa que vier a vigorar no ano de 2008 a incidir sobre os prédios relativamente aos quais sejam licenciados projectos para intervenções de renovação e requalificação urbana;

Os Membros do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Albufeira

Handwritten signatures of the PS members of the Albufeira Municipal Assembly. The signatures are written in blue ink and include the names: Ana Cristina, Luís, Fernando Augusto, and João. There are also some illegible signatures at the bottom.

CDU

PROPOSTA

Compete à Assembleia Municipal fixar anualmente, as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar no Município de Albufeira.

Para pagamento em 2009 referente a 2008 apresenta a Câmara Municipal de Albufeira a seguinte proposta: prédios urbanos – 0,60%; prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI – 0,40%. Considerando que:

A situação económica dos portugueses encontra-se degradada desde há vários anos e as projecções, quer internacionais, quer nacionais, apontam para um maior agravamento da actual situação, com afastamento cada vez maior da média europeia.

Com a política governamental de redução do défice, a população do Concelho de Albufeira a exemplo do que se passa no resto do país sofre o aumento de impostos, o desemprego, a estagnação dos salários e consequente perda de compra, o endividamento crescente das famílias, o aumento da inflação, o imparável crescimento das taxas de juros.

O número de famílias portuguesas com empréstimos para habitação era já, em Julho de 2008, 1 808 096 representando cerca de 49,5% do total dos agregados familiares. E entre Dezembro de 2004 e Junho de 2008, o número de famílias endividadas aumentou + 24,6% e o valor total da dívida cresceu em mais 48,1%.

Também mais uma vez não se vê contemplada na proposta da Câmara Municipal a majoração ou minoração na fixação de taxas do IMI em zonas determinadas do nosso Município, de modo a combater a desertificação ou promover a recuperação de imóveis degradados, bem como penalizar a existência de imóveis devolutos.

Por todas estas circunstâncias e porque verificamos assim como todos os albufeirenses, não se verificar qualquer crise para este Município em termos financeiros, como é perceptível ao longo do ano.

Por considerarmos que compete aos eleitos gerir um equilíbrio entre os interesses das populações que os elegeram e a “saúde financeira” do Município

O eleito da CDU na Assembleia Municipal propõe:

Que a Assembleia Municipal de Albufeira, nos termos do artigo 112º do Decreto – Lei nº 287/2003, delibere fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes valores:

1. **Prédios Urbanos – 0,5%**
2. **Prédios Urbanos avaliados no CIMI. – 0,35%**

ALBUFEIRA, 25/11/08

O Eleito da CDU

Fernando Cábrica Neves



Francisco Calhau – Compreende-se a bondade das propostas. Mas, o que é um facto é que, o concelho de Albufeira e o executivo têm neste momento em curso um conjunto de projectos, alguns estão programados, outros derivam de situações de atraso em que o executivo não é directamente responsável. É assumido, que tem a ver com o que todos nós sabemos, ao longo de vários anos relacionados com as obras do celebre Polis e que acabam por obrigar a Câmara a ter de assumir alguns dos compromissos deste programa lançado pelo governo central. Significa isto, embora se compreenda a bondade da proposta, que não é fácil fazer uma redução tão significativa como a oposição apresenta. A propósito, gostaria de saber qual é a redução em termos de receita quando se baixa de 0,47% para 0,4%. Nos prédios urbanos avaliados nos termos do CMI qual é a perda de receita para a Câmara? Para termos uma ideia de quanto essa redução proposta significa em termos de redução de receitas. Talvez a partir daí, possamos perceber melhor, quais seriam as implicações das propostas apresentadas, legitimamente, evidentemente. -----

Presidente da Câmara – Vou pedir ao Sr. Vice-Presidente para dar alguns indicadores mais específicos sobre essa questão em concreto. Mas, eu queria deixar aqui muito bem claro que, nós fizemos um esforço na redução das taxas. Mantemos a taxa 0,6% que já temos há algum tempo. Quero referir que, a maioria das autarquias do Algarve aplica a taxa 0,8%. E quero também dizer que, as taxas que o Governo, de uma forma muito simpática assumiu, não estão publicadas, nem sequer estão em vigor. Dizer que o máximo é o que está tabelado, não é verdade! O Governo teve esta intenção mas ainda não passou para à prática. E portanto, o que vai acontecer é que, vai haver autarquias no Algarve que vão aplicar 0,8 e 0,5. Nós temos o 0,6 como tínhamos no ano passado, e dos 0,47 reduzimos para 0,4. Há aqui uma intenção, uma preocupação, exactamente de procurar reduzir. Nós, e disse muito bem, nos últimos anos conseguimos criar uma estabilidade financeira na autarquia, em termos de receitas, em termos de pagamentos a fornecedores de cumprir os prazos estabelecidos e de fazer grandes investimentos. E nos grandes investimentos que estamos a fazer, nós somos o concelho com maior taxa de natalidade, temos que investir permanentemente em escolas, temos que investir em equipamentos, estamos a fazer grandes investimentos na área do desporto, estamos a fazer grandes investimentos nas acessibilidades, no saneamento, na construção de depósitos de água, e tudo isto é com verba essencialmente da autarquia. Não são feitos com verbas do Estado. O concelho de Albufeira, ao contrário de outros concelhos, tem que gerir o concelho, além dos sessenta mil habitantes, tem que investir para os trezentos cinquenta mil, quatrocentos mil, que são aqueles que dinamizam economicamente este concelho. Aquilo que se gasta na limpeza, aquilo que se gasta na construção dos depósitos de água, todos os anos temos de aumentar a sua capacidade, tem a ver com a capacidade hoteleira de Albufeira, e portanto, é preciso aqui ter a noção de que é preciso verbas para construir equipamentos e criar as condições. Portanto, é a razão, nós não podemos descer. Quem está fora pode descer, pode até nem cobrar nada. E além disso, nós já vamos dar um sinal às famílias, no

próximo ponto, que é a questão do IRS. Nós, em questão ao IRS procuramos dar, aqui sim, dar um sinal de ir ao encontro daquilo que são os rendimentos das famílias. Não podemos tirar de um lado e do outro, porque nós temos responsabilidades, temos de construir equipamentos, temos de criar as condições para que as pessoas tenham estes equipamentos para lhes dar melhor qualidade de vida, portanto, não podemos abdicar, como devem calcular, dessas questões. Essa é a razão! Depois de estarem todas definidas, relativamente ao Algarve, verão que Albufeira é daquelas que tem as taxas mais baixas em relação à região. Dr. Rolo, faça o favor de complementar esta minha intervenção. -----

Vereador José Rolo – Para complementar, obviamente que, atendendo que há aqui um intervalo de possibilidades de todas elas passíveis de serem aprovadas. Seria mais fácil para nós, para não estarmos aqui a discutir isto, ir para 0,2 para não deixarmos hipótese a nenhum Partido. Se quisermos pensar assim, de uma forma pragmática, mais ou menos drástica, de virmos aqui com uma proposta supostamente teoricamente mais favorável para as pessoas que estão lá fora. Obviamente que qualquer autarquia quereria se possível, se tivessem alguns poços de petróleo e se eles tivessem a valer muito como valiam há quatro ou cinco meses, com certeza isso era ótimo. Reforçando um pouco aquilo que o Presidente disse, em termos de investimento que temos feito e que vamos continuar a fazer, obviamente que Albufeira precisa e vai necessitando, não esquecendo que o QREN em termos de quadro de referencia para Albufeira e mais em geral para o Algarve, levou um corte relativamente ao quadro comunitário 3 de uma forma abissal. É preciso ver que, as únicas obras que praticamente vão ser financiadas são no valor de um milhão e duzentos mil euros. É o único valor que vamos ter em termos de financiamento de obras públicas, que são partes de duas escolas integradas nesse programa que terá apenas esse financiamento. Comparativamente com o Quadro Comunitário 1, 2 e 3, que Albufeira, em parte, não soube aproveitar e que é verdade, havia investimentos a 85% a fundo perdido, a 75% a fundo de coesão, o FEDER, que na altura poderia ter muito mais coisas, muito mais obras públicas, porque neste momento como se costuma dizer "sopas depois do jantar". No entanto, baixando de 0,47 para 0,4, isso demonstrou uma quebra nas nossas receitas de dois milhões e meio de euros, há volta disso, é um valor bastante forte, não estamos a falar de cem mil ou duzentos mil euros, estamos a falar de dois milhões e quinhentos mil euros. Não nos podemos esquecer que estamos a atravessar uma crise económica financeira, como todos sabem, que faz com que evidentemente decresçam as receitas da autarquia noutro campo. Portanto, se eles decresce a nível do QREN e drasticamente, se elas vão decrescer com certeza a nível do CM3 e das taxas de construção e tudo mais, obviamente que não podemos estar, com certeza, de palpar um recebimento de outro lado, então se fosse assim, qualquer dia tínhamos, como algumas autarquias fazem, de pedir dinheiro para pagar o vencimento aos funcionários, coisa que não acontece aqui e perdíamos, com certeza, a nossa boa reputação, de Albufeira, em termos de Municipio, em termos nacionais, daquilo que são os compromissos com os fornecedores, empreiteiros ou fornecimento de serviço. É bom não esquecer que, Albufeira tem um nome que quer defender, evidentemente que, não quero dizer com isto que é á custa de nós todos, evidentemente que sim, pois, nós é que pagamos tudo. Se baixássemos para 0,20, seria

o fim da tabela, teríamos um decréscimo de doze milhões de euros, isto era óptimo, evidentemente que sim, mas não é possível. Nós temos de ver dentro do campo da racionalidade, não nos podemos emocionar nem apaixonar por determinadas situações. Obviamente que respeita-se e é legítimo propostas diferentes, com certeza, mas é a nossa defesa. -----

Francisco Calhau - Era só para complementar a intervenção anterior dado que o próximo ano vai ser um ano complicado a nível de nacional. Significa que muito provavelmente o próprio Governo Central, irá tentar passar para as autarquias parte significativa das responsabilidades, para aligeirar a despesa a nível nacional e, portanto, não é nem de perto, nem de longe, um ano para que a autarquia de Albufeira perante os desafios que tem de assegurar a qualidade da oferta turística do concelho, arriscar baixar significativamente o volume da receita que necessita para fazer face não só aquilo que está em curso em termos de obras, mas para se precaver também com alguma capacidade de auto-financiamento relativamente a um ano complicado que se avizinha. E portanto, nós entendemos que a proposta que é apresentada pelo executivo, é uma proposta realista, com o devido respeito pelas propostas que foram apresentadas pela oposição. Iremos assim subscrever a proposta que foi apresentada pelo executivo camarário. -----

Francisco Oliveira - No que diz respeito à questão da taxa, do decréscimo dos 0,47 para 0,40 tendo nós proposto 0,35, é conveniente verificar que os prédios vão sendo avaliados, efectivamente, à medida que vão existindo transacções. E esta avaliação implica, necessariamente, um aumento muito substancial, porque as avaliações, normalmente, são muito acima dos valores dos prédios antigos. Portanto, o aumento que se irá verificar nos prédios que vão ser avaliados, é de facto, substancialmente superior e pode permitir a redução da taxa. Aliás, penso, que nós temos verificado isso ano após ano, que o aumento das avaliações permite que mesmo que uma taxa seja inferior, a receita possa até ser superior ou igual àquela que, se fixou no ano transacto. Nós estamos a verificar isto nos últimos seis anos. Apesar das taxas não serem as máximas, o aumento da receita é superior de ano para ano. E é nesse sentido, que se pretende manter a receita sem que haja uma maior penalização dos municípios. -

Presidente da Câmara - Só queria acrescentar um pequeno pormenor. Lembrar que, a partir de agora e do próximo ano vamos ter a responsabilidade das escolas até ao 9º ano. Escolas essas que, durante os últimos anos não tiveram investimento nenhum por parte do Estado e que agora os professores, os pais, vão pedir à Câmara para que tenha uma intervenção de acordo com aquilo que é a nossa forma de estar na Educação. Portanto, temos que intervir nas escolas. E queria fazer lembrar, à data de hoje, em obras em execução e adjudicadas, estão à volta de quarenta e um milhões de euros no terreno. E isto, obviamente, são obras que são transversais a todas as áreas e tem a ver com uma necessidade da população do concelho. E, não se pode entrar num processo que é simpático mas, que depois, obviamente, entra numa situação que, como disse e muito bem o Dr. Rolo, várias autarquias estão em falência técnica e muito complicadas a nível nacional. Nós não queremos entrar por esse processo! -----

Presidente da Assembleia - Eu tenho aqui três propostas: A proposta da Câmara que propõe 0,6 para os prédios urbanos e 0,4 para os prédios urbanos avaliados nos termos

do CIMI; a proposta do PS que propõe 0,5 para os prédios urbanos e 0,35 para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e, propõe mais, minorar para a área de Paderne em 30% a taxa que for aplicada para 2008 e majorar em 100% a taxa que for aplicada a prédios urbanos degradados e que, na zona do Montechoro, minorar em 50% a taxa que vier a vigorar no ano de 2008. Eu tenho alguma dúvida sobre a admissibilidade destes pontos seguintes. Em relação à primeira parte não tenho dúvida, em relação às alíneas seguintes tenho dúvidas. -----

Francisco Oliveira – Está na Lei. -----

Presidente da Assembleia – Se está. Eu não a tenho aqui. O ponto é específico, é apenas para a fixação. Não quer dizer que não possam apresentar isto numa outra Assembleia. Coloco a questão à consideração da Assembleia. Eu, por mim, parece-me, que não. Parece-me. Podem fazê-lo para a próxima Assembleia e, eu o agendarei. Se quiserem que seja agora deliberado. Eu tenho algumas dúvidas e gostaria de colocar à Assembleia a questão. Se a Assembleia entender que sim, não vou levantar questão. ---

Francisco Oliveira – É que a fixação não implica que o montante tenha que ser único e unívoco para todas as situações. Ou seja, a fixação permite que haja excepções. Quando se fala em fixação, o conceito não é inflexível. Portanto, para mim, aquando da fixação, é possível atribuir excepções. -----

Presidente da Assembleia – o mesmo dispositivo que à Assembleia para fixar, a mesma disposição legal diz que, na própria deliberação, em determinadas áreas, se possa fazer isso? -----

Francisco Oliveira – Não diz na própria deliberação mas, o artigo permite a minoração ou majoração relativamente a determinadas situações. -----

Presidente da Assembleia – Eu, sinceramente, não estudei o assunto, fui apanhado de surpresa. -----

Francisco Oliveira – Mas já no ano passado nós fizemos uma proposta nesse sentido. --

Presidente da Assembleia – Eu tenho ideia que sim, mas.... A Assembleia tem alguma coisa a dizer sobre isto? -----

Rui Bernardo – Uma questão em relação às reduções de 50% e de 30%. Se o PS tem alguma ideia em termos numéricos, ao que é que equivale essas alterações? -----

Francisco Oliveira – Em termos de montantes não temos. -----

Francisco Calhau – A questão que se põe e que deixa algumas dúvidas é a de que se vão encontrar, de certeza, em Paderne, pessoas que têm mais capacidade de pagar e também, de certeza, vão encontrar pessoas em Albufeira, que têm muito menos capacidade de pagar que em Paderne. Portanto, a medida por si só, tratando tudo por igual, não me parece que possa atingir qualquer objectivo de justiça social. Politicamente falando fica bem, é uma medida que tem um objectivo político, sem dúvida. Mas na prática, não sei se não vai beneficiar alguns que não precisam, de uma forma que poderá até chocar. Portanto, é essa a questão, são esses os exemplos que podem surgir. E são todos julgados por igual. No ano passado, lembro-me que este assunto foi focado relativamente à comunidade estrangeira que vive em Paderne, que iria ser extremamente beneficiada. Quando sabemos, de ante mão, que uma parte significativa dessas pessoas têm um nível de vida e um poder de compra que não precisam de qualquer redução, se calhar até precisavam de um “aumentozito”. A

bondade da medida, aplicada por igual, é complicada na prática. Vai beneficiar pessoas que, de certeza, não precisam de ser beneficiadas. Essa questão já foi posta no ano passado. Por outro lado, tal como foi referido no ano passado, quando comparamos a freguesia de Paderne com as freguesias vizinhas, Tunes e Boliqueime, encontramos já por si só benefícios aplicados na prática comparativamente a estas duas freguesias que são concelhos de concelhos perfeita mente distintos, uma é de Silves e outra de Loulé, e que pagam taxas mais elevadas do que em Paderne. Já há essa medida de minoração aplicada. Não estou a questionar a bondade, mais uma vez, da sua aplicação, estou a dizer é que na prática ela pode reflectir algumas situações de injustiça. -----

Francisco Oliveira – Compreendo perfeitamente mas, acho que uma medida destas, nunca será justa para todos aqueles que irá abarcar. Como nós sabemos, a Lei nesse aspecto é cega e, de facto, é aplicável de forma indiscriminada. A ideia aqui, não é beneficiar uns ou penalizar outros, é beneficiar determinadas áreas ou prejudicar determinadas situações e, portanto, quando se fala em Paderne, fala-se de uma freguesia do interior e a ideia é tentar, com esta e com outras medidas, fixar as pessoas no interior e, portanto, reduzir custos para que as pessoas possam fixar-se no interior. É natural que nesse mesmo interior existam pessoas com capacidade para pagarem muito mais ou que tenham rendimentos superiores, como haverá, com certeza, gente em Albufeira com rendimentos inferiores a algumas pessoas de Paderne, portanto não será por aí. A ideia é uma medida que visa diminuir os custos de quem queira viver no interior e que assim tenha uma redução desses custos. A perspectiva não tem a ver com uma questão de igualdade ou desigualdade dos munícipes que vivem nessas áreas, mas sim a tentativa de fixação da população nessas áreas. -----

Paulo Freitas – A tentativa de tentarmos beneficiarmos alguém, neste critério de baixamos a taxa de IMI para uma específica freguesia, traz-nos alguns problemas e, esses problemas são ao nível da igualdade para com as outras freguesias, nomeadamente com a freguesia das Ferreiras que confronta com a freguesia de Paderne. Estes foram argumentos utilizados por mim no ano passado, em que, no limite das duas freguesias ficam criadas desigualdades injustificadas. O que é que distingue uma pessoa que tem uma casa idêntica na freguesia das Ferreiras e outra na freguesia de Paderne? Com este critério proposto quem esteja na freguesia das Ferreiras pagará a taxa normal, enquanto que a outra pessoa, que pode ter mais capacidade financeira, será beneficiado, só porque reside na freguesia de Paderne. Efectivamente, como disse o Dr. Francisco Oliveira, a Lei não distingue mas, nós queremos fazer essa distinção e, ao fazermos essa distinção vamos provocar mais desigualdade do que aquela que já existe. Como elemento de atenuação dessa desigualdade que se pretende esbater já temos os coeficientes de localização. Estes coeficientes de localização serão bem mais aferidores de uma beneficiação, e menos ofensiva, do que baixarmos a taxa só porque se trata da freguesia de Paderne. A freguesia de Paderne é-nos querida. Quando se toca na freguesia de Paderne nesta Assembleia, todos temos sempre muito cuidado em a defender, no entanto, não podemos criar uma defesa tão acérrima e para retirar daqui dividendos políticos prejudicando freguesias limítrofes. Se assim for, estamos a prejudicar mais do que a beneficiar. Para que as pessoas se possam fixar na freguesia de Paderne, quem tiver

intenção de lá fixar sua habitação própria permanente, só por esse facto, já tem o benefício que pode ir até aos seis anos de isenção da contribuição do IMI. Portanto, estarmos a beneficiar quem lá se quer fixar, quando a própria Lei permite uma isenção por seis anos, creio que estamos a fazer um mal maior do que aquele benefício que pretendemos daqui retirar. -----

Fernando Cabrita – Eu só não quero fazer de notar é que a intervenção do Eng. Calhau parece um bocado infeliz na questão dos estrangeiros, não sei se há aqui alguma inspiração através das declarações ultimamente recentes da Sra. Líder do PSD, relativamente a Ucrânianos e Cabo-verdianos que são beneficiados, como ela no outro dia disse. Mas eu penso que não há que haver manobras persecutórias relativamente a estrangeiros. Por um lado quer-se turismo, por outro lado está-se com receio de favorecer os estrangeiros, muitos deles são reformados e afinal de contas até não são pessoas milionárias, esses não devem vir para aqui, provavelmente vão antes para Cote D’Azur. Não vejo razão nenhuma para estar a fazer esta mensão, isto até tem uma certa expressão de snobismo, que eu acho que não tem razão nenhuma de ser. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação das propostas apresentadas. -----

Presidente da Assembleia – Tenho aqui três propostas. A do PS já disse e a da CDU que propõe para os prédios urbanos 0,5% e para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,35%, o que coincide com a proposta apresentada pelo PS, nesta parte. A minha pergunta, ao Sr. Neves, directamente: não quer fundir a proposta com a do PS, ou quer? -----

Fernando Neves – Não, porque é uma questão um bocado melindrosa e... separemos o trigo do joio. -----

Presidente da Assembleia – Estão todas admitidas e, vamos votar, em alternativa, as três propostas. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA C.M.A. -----

Votos favoráveis: quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Simões, Hélder Sousa e José Cabrita. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA P.S. -----

Votos favoráveis: sete (07) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro e Euridice Vieira. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA C.D.U. -----

Votos favoráveis: um (01) Fernando Neves -----

Ausências: duas (02) Berto Palma e Francisco Guerreiro -----

Foi aprovada a proposta C.M.A. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da fixação da percentagem de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho; -----

Presidente da Assembleia - A Câmara delibera propor à Assembleia Municipal a fixação da taxa em 0% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Albufeira. Meus Senhores, há propostas a apresentar? -----

Fernando Neves - Do nosso ponto vista o IMI é que deveria ser alterado por parte da Câmara. O IMT só vai beneficiar quem paga mais. -----

Presidente da Assembleia - O IRS, toda a gente paga, começando pelos trabalhadores.

Fernando Neves - Isso depende. -----

Pedro Ferro - Há trabalhadores que estão isentos. -----

Presidente da Assembleia - Evidentemente que estão isentos. Mas isso é mesmo assim.

Francisco Oliveira - Tendo em consideração o que fizemos à proposta nos anos anteriores relativamente à redução, com certeza que não seria agora que iríamos estar contra. A proposta de redução, ainda para mais, é 0%, não seria razoável. Não quer isto dizer que, achamos que esta medida seja uma medida apropriada no momento indicado, até porque em situações anteriores o PS tinha realmente proposto a redução. E portanto, nós iremos votar favoravelmente e temos uma declaração de voto que oportunamente passaremos a ler. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Simões, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Berto Palma Francisco Guerreiro e Fernando Neves -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

Francisco Oliveira - Apresenta declaração de voto (doc.3). -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

A Bancada do PS na Assembleia Municipal de Albufeira é favorável à redução dos impostos suportados pelos municípios, como já por diversas vezes o demonstrou, pelo que irá votar favoravelmente esta proposta, não podendo, no entanto, deixar de manifestar a sua preocupação devido ao eventual aproveitamento político implícito nesta medida.

Com esta proposta que entendemos ser socialmente injusta, receamos estar perante pura demagogia eleitoral, uma vez que o executivo da Câmara Municipal de Albufeira contraria os seus próprios argumentos.

A proposta é socialmente injusta porque não diferencia entre famílias com mais e menos recursos, trata de forma igual, situações diferentes.

Acréscce que em 2007, o PSD alegando a necessidade de preservação das receitas, optou por fixar a taxa de IRS em 4%, rejeitando assim a proposta apresentada pelo PS, que apontava para os 3%.

Um ano depois e para ter efeitos em 2010, por artes mágicas, vêm agora propor 0%.

Então o que não era verdade há um ano é hoje verdade?

O que aconteceu entretanto nas finanças municipais?

Nada de relevante, o único facto é que estamos no ano anterior às eleições autárquicas.

Perante este volte-face tão inesperado, impõe-se colocar a seguinte questão: poderá o PSD no seu programa eleitoral garantir aos seus municípios que, em caso de vitória nas próximas eleições autárquicas, manterá a taxa de IRS em zero por cento?

Os membros do PS da Assembleia Municipal de Albufeira, votando favoravelmente esta proposta, porque reduz a carga fiscal dos municípios de Albufeira, que é já um dos mais elevados do país, não podem deixar de realçar a perspectiva demagógica com que esta medida eleitoralista é agora apresentada.

Os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista.

A collection of approximately ten handwritten signatures in blue ink, arranged in a row, representing the members of the PS Municipal Assembly of Albufeira.

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Taxa Municipal de Direitos de Passagem – Lei das Comunicações Electrónicas, nos termos da alínea e) do n.º2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Presidente da Assembleia – Propõe-se também a fixação da taxa de 0,0%. Passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Simões, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Berto Palma Francisco Guerreiro e Fernando Neves -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização de aquisição dos bens imóveis que integram a massa falida da “Faceal – Fábrica de Cerâmica do Algarve, SA” e aprovação da minuta de contrato-promessa de compra e venda respectivo; -----

Presidente da Assembleia – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Pedro Ferro – Nós, gostaríamos de pedir ao executivo se nos poderia dar uma informação sobre, o que é que se pretendia fazer, se já estavam planos, projectos, para esta fábrica “Faceal”, postos à apreciação? -----

Presidente da Câmara – O que se passa é o seguinte: como sabem, a propriedade da “Faceal” fica localizada na freguesia de Paderne. É uma propriedade com cerca de vinte e cinco hectares, com vários prédios. É uma propriedade que está bem definida e que em termos do Plano Director Municipal está como zona de extracção de inertes e tem uma pequena parte urbana. Essencialmente, este é o enquadramento urbano, na freguesia de Paderne. E, nos últimos meses, há mais de um ano, fomos surpreendidos por uma questão complicada, das famílias que residem no bairro da Faceal. Fomos surpreendidos porque, face à situação dramática que lá aconteceu, acabamos por perceber melhor o que é que estava lá em causa, naquele espaço. Desde há uns dois anos, quer eu, quer a Câmara, quer o Sr. Presidente da Junta, temos feito esse acompanhamento, de uma situação que, em primeiro lugar, é uma questão social. Feita essa abordagem, a Câmara investiu na colocação de água, no sistema eléctrico nas habitações, e criamos as condições mínimas em termos de água e electricidade, porque em determinada altura, não havia nada. Mas, quando iniciamos este processo, estávamos um pouco longe de adivinharmos o que vinha a seguir. E a seguir o que é que

veio? Veio a insolvência da Faceal, veio o leilão em hasta pública e veio todo um procedimento que a Câmara, a partir do momento que percebeu o que é que estava em causa, e estava em causa duas questões fundamentais, vinte e cinco hectares do território da freguesia de Paderne, território esse que foi durante muitos anos a base do sustento de muita gente da freguesia de Paderne e, também uma questão social que era. O terreno tinha uma implicação, que era o despejo no prazo de dois meses depois da compra, das quase quarenta famílias que vivem na Faceal. E, a partir do momento que se colocou esta questão, obviamente que a Câmara Municipal conjuntamente com a Junta de Freguesia de Paderne, procuramos perceber e dar todos os passos no contexto da importância ou não daquele património para a freguesia e para o concelho. E este processo foi acompanhado. Acompanhado ao ponto de no leilão, nós apresentamos uma proposta que foi falada aqui na Reunião de Câmara, está ali o Mário Soares Alves e o Dr. Rolo que até foi ele que lá foi fazer a proposta no próprio local. Foi todo um procedimento do qual, obviamente, posteriormente, a Câmara Municipal assumiu em reunião de Câmara, a aquisição daquele património, por entender e porque a Junta também esteve envolvida e, assim, garantimos um património para o concelho, para a freguesia, mas também resolvemos um problema social que era muito complicado se não tivéssemos feito esta intervenção. Esta foi a história do nosso envolvimento num processo de esta ordem. Se bem que os valores iniciais, até dentro dos valores previstos, eram muito maiores por parte da Comissão liquidatária e do avalista e, este valor, foi o valor que nós, da proposta que fizemos, tivemos que cobrir uma outra de alguém interessado neste processo. Neste momento, o que é que nós temos? Temos um território, temos vários metros quadrados de edificado, que os serviços da Câmara estão a fazer um levantamento rigoroso de todo o terreno, de todos os equipamentos existentes e, obviamente, aquele terreno, tem condições onde pode proporcionar várias intervenções, elas podem ser no âmbito ambiental, podem ser do plano tecnológico, podem ser novas empresas, pode e deve ser a recuperação da parte urbana para que as pessoas passem a ter o seu espaço como deve ser e, pode ser também um espaço que num quadro do novo PROT, no desenvolvimento económico, melhorando as acessibilidades, ou seja, tem potenciais que nos parecem importantes desenvolver. Não vou dizer o que é que vamos, exactamente, fazer. Estou a dizer é que, dentro deste enquadramento, são as potencialidades que nós achamos, e vemos para aquele território na freguesia de Paderne. Claro que, todo este processo tem vindo a ser acompanhado com a Junta de Freguesia em todas as circunstâncias, muito abertamente, sem jogo escondido, como costumamos dizer. Este é o ponto da situação em relação a este terreno, este património e a esta situação concreta de Paderne e concretamente, à "Faceal". -----

Fernando Neves – O que é que se pensa fazer em relação às pessoas que lá estão? -----

Presidente da Câmara – Já expliquei. O que eu disse, em relação às pessoas, se nós tivermos a preocupação, em propriedade alheia, termos feito uma intervenção social fora das regras e das condutas da democracia, assumimos claramente, o colocar electricidade, é evidente, conhecendo nós como conhecemos as casas, as pessoas, metros quadrado por metro quadrado, dos mínimos que eles têm, é evidente que neste contexto qualquer intervenção global deste território passa claramente por criar

melhores condições àquelas pessoas. Isto que fique bem claro! Essa foi uma das nossas preocupações em termos sociais. E digo-lhe mais, que uma das prioridades absolutas deste processo foi exactamente criar e ajudar a criar condições para que aquelas pessoas não pudessem ser despejadas, conforme estava previsto, ao fim de dois meses da admissão deste património. -----

Francisco Calhau – Apenas para dizer que consideramos a aquisição da Faceal uma mais valia para o concelho e muito em especial para a freguesia de Paderne, tentando minorar o aspecto que consideramos que possam estar associados à interioridade. Um terreno com uma disponibilidade de trinta e cinco hectares, com as possibilidades que se podem antever no sentido de melhorar um conjunto de valências que podem ser importantes para o concelho, designadamente algumas actividades que podem criar postos de trabalho importantes e alternativos à indústria do turismo, é sem dúvida uma mais valia bastante importante. Portanto, consideramos que, a aquisição aos preços que são apresentados, é uma boa aquisição. -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) – Quero congratular aqui publicamente pela compra que a Câmara Municipal fez daquele terreno da "Faceal, que são quase vinte e cinco hectares. Por outro lado, quero dizer que, quando falei com o Sr. Presidente, a parte social que era importante resolver e outra parte também bastante importante, era a parte ambiental, porque o que está lá é uma desgraça autêntica e um perigo eminente. Se calhar, muitos não conhecem o que lá existe, a profundidade de uma cova que está lá onde se guarda os inertes e os barros que é uma coisa medonha e está praticamente junto a uma estrada. Aí, acho que a Câmara deve desenvolver algum trabalho para que aquilo seque, comece a ser cheio, com certeza que não se vai lá por entulho, mas com terras que se tiram de outros locais e que não tenham local para serem colocadas, para tapar aquele buracão que é uma desgraça. Aí, dou os parabéns à Câmara Municipal. E, depois, é mais um bem que fica para a freguesia. Os projectos hão-de desenvolver-se a seu tempo. -----

Francisco Calhau – Acho que o Sr. Presidente da Junta tocou num assunto bastante pertinente, a qualificação ambiental daquela área. Eu penso que, o Estado tem alguma responsabilidade, através dos organismos de nível central ou descentralizados, naquilo que lá está feito. Esperemos que a Câmara consiga a colaboração, a que tem direito, para fazer a requalificação ambiental de uma área que sabemos perfeitamente que se encontra degradada, porque, entre outras razões, foi utilizada para se poderem fazer determinado tipo de aterros na construção da auto-estrada que existe hoje, de Lisboa a caminho do Algarve. Portanto, esperemos que o Estado seja capaz de assumir as responsabilidades que deveria ter assumido há muito tempo e que ajude a fazer a requalificação, para não tenha de ser a Câmara, mais uma vez, a fazê-la sozinha. Esta é uma das coisas que eu gostaria de deixar aqui, para memória futura. Ver se não será a Câmara Municipal de Albufeira a ter que assumir sozinha a responsabilidade naquilo que o Estado tem obrigação de assumir. Se a auto-estrada serve o Algarve, serve muito e muitos dos Senhores que se deslocam para passar as suas férias no Algarve, e bem, mas utilizando uma auto-estrada que foi feita à custa de uma degradação ambiental naquela zona, como muitas pessoas sabem que assim foi. Esperemos que o Estado assuma o seu papel nesta altura. É isso que eu gostaria de dizer. É talvez mais

uma razão para reforçar o interesse e a legitimidade da Câmara em tomar a seu cargo, aqueles terrenos. -----

Francisco Oliveira – Relativamente à questão da aquisição, no que me diz respeito, não tenho duvida que a Câmara Municipal tomou a medida que se oferecia tomar. E a intenção de perguntarmos à Câmara é porque temos conhecimento do problema social, mas entendemos que o problema social só por si seria resolvido com um valor menor do que este que foi a aquisição do referido imóvel. Naturalmente, não se adquiriram só as casas que lá estão, mas também toda aquela área e, é exactamente por isso, por existir um problema ambiental, que se colocou a questão de saber se a aquisição em si, vai permitir além da resolução do problema social, todas estas questões. Isso vem no seguimento da pergunta feita pelo Arq. Pedro Ferro e que não foi respondida, que é saber exactamente o que é que se pode fazer. Porque fosse somente a questão social, se calhar, com menos custo seria resolvida. -----

Fernando Cabrita – Recordo-me que este problema veio cá à sessão e, na altura, punha-se o problema, uma dicotomia entre o problema político e o problema jurídico. A Câmara na altura, de certa maneira, não tinha ainda equacionado a aquisição do terreno e então punha-se numa posição de oficial à repartição de finanças no sentido de obstar à venda na medida em que não havia licença de habitabilidade, não havia cumprimento mínimo de alguns requisitos que normalmente nestas transacções são exigidos. Evidentemente, muitas das compras feitas em hasta pública, ou em leilão, ou por carta fechada, ou quer que seja, muitas vezes não satisfazem esses requisitos e, por isso havia, de facto, na altura, lembro-me de ter suscitado o problema que, uma coisa era a questão jurídica, outra era a questão política. Evidentemente que é meritório o problema de proteger a situação daquelas pessoas que viviam em situações quase degradantes e pode-se fazer muita coisa ali. Os vinte e cinco hectares são, de facto, eu não sei se lhe chamaria território mas eu percebo a intenção da palavra aplicada, que aquilo não é uma área de maneira nenhuma a desprezar, são duzentos e cinquenta mil metros quadrados. É evidente que é uma boa aquisição e a Câmara acabou por ter a coragem e congratulo-me também, como disse o Francisco Guerreiro, por esta aquisição, num espaço que passa a pertencer ao município. Quanto ao futuro, vinte cinco hectares hão-de dar para muita coisa. Por um lado, estou de acordo com a referência que o Eng. Calhau fez, no sentido de que se preserve o ponto de vista ambiental naquela zona, chamando até as entidades que tiveram alguma responsabilidade nesse sentido, para poderem por cobro aos “crimes” de natureza ambiental que ali se praticaram. Hoje, muitas vezes os jovens empresários têm dificuldades em fixarem-se e arranjam instalações para as respectivas sedes. Eu, atrevia-me a sugerir a instalação de um ninho de empresas. Hoje em dia é normal que as pessoas saiam do centro urbano e até convidativo para melhor organização e melhor estudo dos problemas e das várias questões que se põem do ponto de vista económico, escolher sedes de empresas em sítios mais recatados e para a periferia, longe dos centros urbanos. E para aqueles que tenham menos disponibilidade, até estudando uma forma de instalação precária, isto é sem compromisso definitivo para o futuro mas durante aqueles períodos de tempo em que os empresários têm dificuldades em instalarem-se, não tendo lugar próprio para isso, poderia ser uma sugestão. E porque

não, recorrer também a uma questão de concurso de ideias para, por ventura, outras finalidades que ali se pudessem instalar. Isto era uma sugestão que eu aqui deixaria. --

Presidente da Assembleia – Eu também tenho uma pergunta, simples, que é: estes prédios todos que estão aqui descritos são todos os prédios que a Faceal detem nesta zona? São todos os bens que a Faceal detem na freguesia de Paderne? -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) – A Faceal tinha mais dois prédios, um está a servir de parque para a empresa “Vigadouro”, que era do avô e que ele está agora a utilizar e, tem outro prédio na Alcaria, que eu não sei se continua da Faceal. Portanto, os dois eram da Faceal, agora não sei se ainda continuam. No outro dia falei com uma pessoa e interroguei isto, porque se calhar aquele prédio também nos pertence. São dois prédios que estão ali, que a Faceal comprou. Se eles já os tinham vendido anteriormente, não sei mas, eram da Faceal. -----

Presidente da Câmara – Mas agora nós vamos à procura disso tudo. -----

Presidente da Assembleia – A minha pergunta tem uma razão de ser. Ocorreu-me agora, estava a olhar para o contrato e, diz aqui assim: “declara o Primeiro outorgante, que da massa insolvente da Faceal.....fazem parte os seguintes prédios...” Ora, a ideia que eu tinha, tinha ficado no ouvido, não sei se estou enganado ou não, é que estávamos a comprar todos os prédios da massa falida. Estou certo ou estou errado? A minha questão vai neste sentido: imaginemos que existe um prédio não descrito nesta listagem lá naquele sítio, como o Francisco Guerreiro dizia, se calhar pensamos estar a comprar tudo e não estamos, porque imaginemos, há um prédio que falha aqui. Isto resolve-se facilmente, é dar um “toquezinho” no contrato de promessa. Naquele sítio onde está a fábrica, a percepção que existe é que se está a comprar tudo o que a Faceal ali tem, não é? -----

Francisco Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de Paderne) – São vinte e cinco hectares, que são precisamente os que a fábrica em si tem. Não referem mais terreno nenhum. Não há mais qualquer abordagem sobre outro prédio. Disseram-me que eles já tinham vendido aqueles dois prédios. -----

Presidente da Assembleia – Se venderam já não faz parte da massa falida. Já não nos interessa. De qualquer das formas, mesmo que fizessem parte da massa falida, nós não estávamos a adquirir, consoante o que está aqui escrito. -----

Francisco Oliveira – Mas isso também tem a ver com a hasta pública. O que a Câmara adquiriu foi o que foi colocado em hasta pública. E, portanto, quando foi a hasta pública e fez a proposta, comprou todos os prédios que estavam inventariados em hasta pública. É uma questão de verificar, porque podem existir mais prédios que não estivessem naquele inventário e, portanto não foram adquiridos. -----

Francelina Lourenço – Aqui no anúncio do leilão, está a descrição dos prédios. Foram estes que foram a hasta pública. -----

Presidente da Assembleia – Não sei se verificaram a proposta, mas este contrato fica condicionado à fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas. -----
Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----
 Votos a favor: vinte e cinco (25) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Simões, Hélder Sousa, José Cabrita, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Berto Palma, Francisco Guerreiro e Fernando Neves -----

Ausências: zero (00) -----

A proposta foi aprovada por unanimidade -----

Presidente da Assembleia – Eu devo dizer, já agora, não intervi durante a discussão. Não é bem em sede de declaração de voto, mas dizer que, fico satisfeito com esta aquisição. Penso que, é uma oportunidade única de se adquirir uma propriedade com esta dimensão e que, de facto, um grande potencial futuro, quer para Paderne, quer para Albufeira e em várias vertentes. O potencial é imenso, não se encontra propriedades destas facilmente neste concelho. Sei que, até há aqui uma casa que foi com traço de arquitecto que até recebeu um prémio na altura em que ela foi feita e que vem mencionado num livro sobre a arquitectura no Algarve. Vou tentar saber isso, para fornecer à Câmara essa informação. É aquele prédio, quando se entra, do lado direito. Isto sim, é um investimento e, penso que é um investimento com futuro e poderá representar riqueza reprodutiva para este concelho. E isso é bastante bom, para além da parte social, já imediata, que se sanou. Que fique registada a minha satisfação. -----

Fernando Neves – Que fique também registado, a CDU também se congratula com a aquisição do terreno por parte da Câmara, nem poderia ser de outra maneira. -----

Francisco Oliveira – Já agora, é só para lhe dizer que, há uma carta da agência de leilões da Covilhã, 23/06, que diz que: “neste momento se resume a transmitir a V. Exa. ... para a aquisição total dos imóveis da insolvente em epígrafe.” Portanto, a agência de leilões confirma que estamos perante a aquisição total dos imóveis. -----

Presidente da Assembleia – Eu só me chamou a atenção foi, ter essa ideia e da redacção do contrato não me resultar essa ideia. Poder haver outros bens que não constassem ali. Mas, parto do princípio que está tudo correcto. -----

PONTO SETIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Municipal de abastecimento de Água do Município de Albufeira; -----

Presidente da Assembleia – Remeti-vos o regulamento e também um resultado. Enfim, a informação que tenho é que não terá sido, não sei bem, por toda a Comissão, um acrescento nas definições sobre o que é a taxa de disponibilidade. No fundo, o que hoje está aqui à discussão e votação é isso. Não sei se os elementos da Comissão querem dizer alguma coisa? -----

Carlos Gabriel – A Comissão reuniu, as dúvidas levantaram-se sobre a taxa de disponibilidade em que foi considerado pelos elementos do PS que seria uma taxa do contador, como tal não seria de acordo com o regulamento. Então, foi proposto pelos

elementos do PSD que fosse acrescentado ao art. 6º que são as definições, a definição de taxa de disponibilidade. E é o que está no documento. -----

Presidente da Assembleia – Lê a proposta da Comissão. *"Artigo 6º Definições. Acrescentar ao mesmo a definição de "taxa de disponibilidade" As entidades gestoras colocam à disposição dos seus utentes um sistema de saneamento básico, que inclui o fornecimento de água, a drenagem, tratamento e rejeição de águas residuais e a recolha e o tratamento de resíduos sólidos urbanos, pelo que a referida "taxa de disponibilidade" permite custear os elevados encargos decorrentes de o mesmo serviço se encontrar permanentemente em funcionamento e apto a ser utilizado. Denomina-se, por vezes, no caso do serviço de fornecimento de água, como cota de serviço. Pode ser cobrada por cada um dos serviços disponíveis."* Meus Senhores, está isto à discussão, intervenções. -----

Francisco Oliveira – Sr. Presidente relativamente a esta questão e à questão do acréscimo, em princípio, que não temos nada a opor por esse esclarecimento que foi colocado. Agora, a nossa posição é que entendemos que não deveria haver a substituição do aluguer dos contadores por uma taxa de disponibilidade. Portanto a nossa posição é essa, nada temos contra a explicação da proposta do PSD do que é a taxa de disponibilidade, entendemos é que a mesma não deveria de existir. -----

Presidente da Assembleia – A minha questão é, se vamos integrar esta proposta na que veio da Câmara e, se está de acordo com ela ou não? -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros, o Presidente da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA C.M.A. -----

Votos contra: oito (08) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Euridice Vieira e Fernando Neves. -----

Abstenções: duas (02) Berto Palma e Francisco Guerreiro -----

Votos a favor: catorze (14) Carlos Silva e Sousa, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Simões, Hélder Sousa e José Cabrita.

Ausências: uma (01) Francisco Calhau -----

VOTAÇÃO: PROPOSTA COMISSÃO -----

Votos contra: oito (08) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Euridice Vieira e Fernando Neves. -----

Abstenções: duas (02) Berto Palma e Francisco Guerreiro -----

Votos a favor: catorze (14) Carlos Silva e Sousa, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Simões, Hélder Sousa e José Cabrita.

Ausências: uma (01) Francisco Calhau -----

Francisco Oliveira – Apresenta declaração de voto (doc.4). -----

DECLARAÇÃO DE VOTO

REGULAMENTO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A Lei nº 12/2008, de 26 de Fevereiro, que alterou a Lei nº 23/96, de 26 de Julho, relativa aos serviços públicos essenciais, produz efeitos a partir de 26 de Maio de 2008, implicou alterações às tarifas cobradas aos munícipes, nomeadamente a abolição do aluguer dos contadores.

O Executivo Camarário decidiu com os votos do PSD, apresentar uma proposta de substituição da tarifa do aluguer dos contadores, por uma denominada tarifa de disponibilidade, cujo valor é semelhante.

Em concreto, os membros da Assembleia Municipal e do Executivo PSD persistem em condenar os albufeirenses ao pagamento do aluguer do contador, passando a designá-lo "tarifa de disponibilidade".

Na prática, o PSD, com o objectivo de garantir a receita, manteve os valores relacionados com os preços dos contadores que passam a ser designados por tarifas de disponibilidade.

O PSD prefere, como sempre, a casuística do imediato, porém, verifica-se a enorme contradição com os argumentos referidos a propósito do ponto 4, da ordem de trabalhos da presente sessão da Assembleia Municipal, em que é referido que se pretende diminuir a carga de taxas e impostos dos munícipes, reduzindo de 5% para 0% no IRS.

Vemos aqui uma excelente oportunidade para reduzir tais encargos, que são dos mais elevados em todo o território nacional, segundo estudos publicados recentemente.

Assim verificamos que o PSD alega uma coisa e faz outra.

Refere que é necessário reduzir a carga fiscal aos munícipes e quando tem oportunidade para isso, troca a denominação da taxa a aplicar, deixando os munícipes com os mesmos custos e encargos, pelo que aos Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista não resta outra alternativa que não seja votar contra o Regulamento Municipal de Abastecimento de Água.

Os membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista.



PONTO OITAVO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento de taxas dos comerciantes das Ruas Cândido dos Reis, 5 de Outubro e arruamentos adjacentes; -----

Presidente da Assembleia – A proposta da Câmara é no sentido de isentar o pagamento das taxas, da via pública, publicidade, resíduos sólidos e águas residuais, das ruas Cândido Reis, 5 de Outubro e arruamentos adjacentes, do dia 1 de Outubro até ao término das obras. Meus Senhores, eu não participo nesta discussão e votação. -----

O Presidente da Assembleia sai da sala e o Primeiro Secretário toma o seu lugar e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Primeiro Secretário da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Simões, Hélder Sousa, José Cabrita, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Berto Palma, Francisco Guerreiro e Fernando Neves -----

Ausências: duas (02) Carlos Silva e Sousa e Vítor Neto. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da isenção do pagamento mensal dos vendedores ambulantes da Rua Cândido dos Reis. -----

Primeiro Secretário – Apresenta o ponto e passa a palavra aos Membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros, o Primeiro Secretário da Assembleia passa à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e três (23) Francisco Calhau, Paulo Freitas, José Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Adriano Ferrão, Rui Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Maria Eugénia Baptista, Ana Simões, Hélder Sousa, José Cabrita, Fernando Cabrita, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Euridice Vieira, Berto Palma, Francisco Guerreiro e Fernando Neves -----

Ausências: duas (02) Carlos Silva e Sousa e Vítor Neto. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade dos presentes, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Primeiro Secretário da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:30 horas, de que foi lavrada acta que, depois

de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 26 de Novembro de 2008 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____

